



ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS PARA O PERÍODO DE 2015 A 2020.

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Presidência, localizada no segundo andar do Pálacio da Justiça, realizou-se a terceira reunião da Comissão de Revisão do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para o período de 2015 a 2020, designada pela Portaria GPR 1278, de 13 de agosto de 2014, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa. Presentes, a Excelentíssima Desembargadora Vera Lucia Andrighi, o Excelentíssimo Desembargador Arnaldo Camanho de Assis, o Juiz de Direito Giordano Resende Costa, o Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo, a Juíza de Direito Marilza Neves Gebrim, o Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, Celso de Oliveira e Sousa Neto, a Secretária-Geral Substituta da Corregedoria, Alba Valéria Martins Vinueza Freire, a Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência, Danielle Mayrink Sampaio Silva Moura, a Chefe de Gabinete da Segunda Vice Presidência, Adriana Prazeres Salgueiro Reis Vidal, a Chefe de Gabinete Substituta da Segunda Vice-Presidência, Denise Lima Barcellos, a Assessora da Segunda Vice-Presidência, Giuliana Ratto de França Ribeiro, o Secretário de Soluções de Tecnologia da Informação, Raimundo Macedo de Souza, o Secretário de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, Fernando Alberto Santoro Autran Junior, a Secretária Substituta de Recursos Orçamentários e Financeiros, Fátima Orbage de Britto, a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, Liz Criciny Werlang Rauber, a Subsecretária de Orientação Estratégica, Simone Nunes de Miranda Carrer. Ausentes, prévia e justificadamente, o Juiz de Direito Fabrício Fontoura Bezerra, a Juíza de Direito Margareth Cristina Becker, o Chefe de Gabinete da Presidência, Fabiano Augusto Koerich, a Chefe de Gabinete da Corregedoria, Virgínia Costa Meireles e o Secretário de Recursos Humanos, Charleston Reis Coutinho. O Presidente deu início à reunião, passando imediatamente a palavra à Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica que apresentou um breve resumo das atividades realizadas pela Comissão até o presente momento, quais sejam, a aprovação da identidade estratégica – Missão, Visão e Valores - e das perspectivas e temas que irão compor o Mapa Estratégico para o período de 2015-2020. Apresentou o resultado da Consulta Pública realizada no período de 6 a 24 de outubro de 2014, ocasião em que foram recebidas duzentas e três sugestões de iniciativas, de magistrados, servidores e de instituições parceiras. Registrou também o recebimento de propostas de objetivos estratégicos dos membros da Comissão, dos magistrados e dos servidores que participaram das reuniões técnicas realizadas na sede do TJDFT e nas visitas aos fóruns das circunscrições judiciárias. Dessas reuniões e visitas, a senhora Secretária da SEPG informou que foram recebidas vinte e cinco sugestões de objetivos estratégicos e cento e sessenta e oito sugestões de iniciativas. Registrou, na oportunidade, que todas as informações foram consolidadas e enviadas por meio eletrônico aos membros da Comissão para conhecimento e análise. Ainda com relação às sugestões recebidas, a senhora Secretária da SEPG informou que, aquelas que não forem acolhidas para compor o PE do TJDFT serão encaminhadas para o Comitê de Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, que será presidido pelo Dr. Jayder, ou, dependendo da matéria a ser tratada, diretamente às áreas competentes. Após essas considerações, a senhora Secretária informou à Comissão que



nesta reunião serão apreciadas apenas as propostas de objetivos estratégicos, passando a palavra para a senhora Subsecretária de Orientação Estratégica que deu início à leitura das propostas dos objetivos para que os membros da Comissão pudessem avaliar cada uma delas e fosse procedida à seleção daqueles que irão integrar cada tema. Após as discussões foram aprovados os seguintes objetivos: **1 - Na perspectiva Sociedade - 1.1. Tema - Acesso à Justiça – Objetivos aprovados:** Fomentar métodos consensuais de solução de conflitos; e Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário. **1.2. Tema - Efetividade na prestação jurisdicional – Objetivos aprovados:** Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais; Aprimorar e ampliar os serviços da área fim e área fim-apoio; e Garantir a celeridade processual. Com relação ao objetivo “promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais”, o Excelentíssimo Desembargador Humberto Ulhôa argumentou que não cabe ao Tribunal de Justiça cumprir este objetivo o qual no seu entender é afeto ao poder executivo. A Excelentíssima Desembargadora Vera Lúcia Andrighi defendeu a inclusão desse objetivo e enfatizou a necessidade de criação de um setor de perícias que possa auxiliar o juiz nas suas decisões, especialmente no que se refere aos cálculos realizados pelas contadorias. Citou para exemplificar, as perícias realizadas pelo Serviço do Psicossocial que muito tem contribuído nas decisões dos processos em que atuam. Dr. Jayder ratificou a fala da Desembargadora Vera, no tocante à atuação das Contadorias. O Dr. Giordano pediu a palavra neste momento para registrar que os principais objetivos do Plano Estratégico são fundamentados em exigências para a primeira instância, consubstanciadas em prazo, produtividade, entre outras, porém, não há a devida contrapartida em termos de aparelhamento da estrutura, especialmente no tocante a servidores, que na sua opinião estão desmotivados e em quantitativo inferior à necessidade. Diante desse quadro, o cumprimento dos objetivos estratégicos fica impossibilitado. A fala do Dr. Giordano foi ratificada pelos demais magistrados presentes e por esse motivo, a Comissão decidiu passar imediatamente à análise do Tema “Gestão de Pessoas” por ser afeta às discussões do momento. Passou-se então, a discussão deste Tema. A Dr^a Marilza informou que na gestão passada foi elaborado um estudo que diz respeito ao reaparelhamento da 1^a instância. Sugeriu que este trabalho seja aproveitado para ajudar na resolução da escassez de servidores. Ressaltou, também que, caso este problema de servidores não seja solucionado qualquer orientação do Plano Estratégico ficará prejudicada. Dr. Giordano tornou a frisar que é urgente a necessidade do reaparelhamento da 1^a instância, alertando também para o fato de que, em análise das sugestões registradas na consulta pública ficou bem visível a sensação de desvalorização entre os servidores, especialmente os da área fim. O senhor Secretário-Geral aproveitou a ocasião para apresentar aos senhores membros da Comissão um panorama da situação relativa à alocação de servidores na primeira e na segunda instâncias e na área meio e área fim do TJDFT. Informou que dos cerca de 6.892 servidores que o Tribunal dispõe atualmente, cerca de 4.000 estão na área fim, entendida esta como 1^a e 2^a instâncias, COORPRE, CEJUSC, NAIJU entre outras. Declarou que, cerca de 50% dos servidores estão na área fim, outros 25% na área fim apoio como distribuições, contadorias, depósitos públicos, postos de redução a termo e outras. Na área meio estão apenas os 25% restantes. Dr. Giordano sugeriu que o Tribunal de Justiça encaminhe proposta de Projeto de Lei no sentido de aumentar o número de servidores e o número de funções de confiança destinadas à primeira instância. O senhor Secretário-Geral informou que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ está sinalizando para que os tribunais reavaliem as questões relativas à alocação de servidores e aos valores das funções de confiança, inclusive com a possibilidade de adoção de um novo modelo.



Dr^a Marilza falou sobre o alto grau de rotatividade dos servidores nas varas e sobre as disparidades na alocação das funções de confiança, sendo esta uma das principais causas de perda de servidores já treinados para outras localidades. O Dr. Jayder esclareceu que o estudo realizado anteriormente pela Corregedoria, sobre a redistribuição de servidores, levou em conta apenas o âmbito da primeira instância e sugeriu que este estudo seja ampliado para abarcar todo o Tribunal e possibilitar assim, o conhecimento de todo o potencial de remanejamento existente na Casa. Dr. Giordano ressaltou a necessidade de ampliar o número de servidores e também a lotação de referência. O Dr. Jayder registrou que esta questão é de extrema importância e necessita que sejam promovidas mudanças profundas, históricas, que demonstrem que este Plano Estratégico, ora em revisão, deu atenção a este fato. Ressaltou ainda que o CNJ vê o TJDFT como um tribunal que aloca mal a sua força de trabalho. O Excelentíssimo Desembargador Camanho enfatizou que ao comparar o TJDFT com os demais tribunais estaduais, somos considerados “caros”, no entanto, há que se entender que naqueles tribunais, os problemas de escassez de mão-de-obra são resolvidos com a alocação de servidores oriundos das prefeituras, procuradorias e outros órgãos municipais, por isso se tornam “baratos”. Após análise das sugestões de objetivos apresentadas para este tema, a Comissão decidiu pelos seguintes: **2 - na perspectiva Aprendizado e Crescimento** – 2.1. **Tema** – Gestão de Pessoas – **Objetivos aprovados:** Redimensionar a força de trabalho com priorização da primeira instância; Consolidar a política de valorização e de capacitação dos magistrados e dos servidores; Consolidar a política de gestão por competências alinhada à estratégia. 2.2. – **Tema** – Tecnologia – **Objetivo aprovado:** Promover a modernização, a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC. Voltou-se a partir deste momento à análise dos objetivos na sequência do mapa estratégico apresentado, os quais ficaram decididos conforme a seguir: **3 – na perspectiva Processos Internos** – 3.1. – **Tema** - Eficiência operacional - **Objetivos aprovados:** Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; Consolidar a gestão de custos operacionais; e Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação como instrumento de trabalho. 3.2 – **Tema** – Responsabilidade socioambiental - **Objetivo aprovado:** Fomentar e aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade social, ambiental e econômica. 3.3. – **Tema** - Governança Judiciária - **Objetivos aprovados:** Consolidar e aprimorar a governança corporativa; Fortalecer as relações com as instituições parceiras; Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias; e Aprimorar a comunicação interna e externa. Com relação ao tema “Fortalecer as relações com as instituições parceiras”, Dr^a Marilza sugeriu que este ficasse como iniciativa dentro do objetivo “aprimorar a comunicação interna e externa”. A senhora Secretária-Geral Substituta da Corregedoria, Alba Valéria, manifestou-se pela manutenção desse objetivo, justificando para tanto, a necessidade da Corregedoria no sentido de manter constantes parcerias com diversas instituições, a exemplo dos bancos onde tramitam os depósitos judiciais do Tribunal, as polícias, entre outros. A manutenção desse objetivo, possibilitará o alinhamento dessas atividades ao Plano Estratégico. Dr. Jayder ratificou a sugestão da senhora Alba Valéria e enfatizou a importância do fortalecimento das relações do Tribunal com as instituições bancárias, especialmente na questão dos depósitos judiciais que atualmente constituem-se em um problema cuja solução merece tratamento estratégico. Diante dos argumentos apresentados, o objetivo foi mantido. **4 – na perspectiva Recursos** – 4.1. – **Tema** Infraestrutura – **Objetivos aprovados:** Proporcionar condições físicas apropriadas e prestação de serviços necessários ao exercício das atividades administrativas e judiciais; e proporcionar infraestrutura de TIC



apropriada e prestação de serviços necessários ao exercício das atividades administrativas e judiciais. 4.2 – **Tema** – Gestão de Custos – **Objetivo aprovado**: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia. Após a aprovação dos objetivos, a senhora Secretária da SEPG informou à Comissão que a próxima etapa dos trabalhos será a elaboração, juntamente com os gestores das áreas relativas a cada tema, das propostas de indicadores, de metas e de iniciativas para cada objetivo aprovado. Também serão analisadas nessa etapa, a viabilidade técnica e jurídica da inclusão das iniciativas sugeridas no processo de consulta pública e das sugestões coletadas durante as visitas aos fóruns. Concluída essa fase, a Comissão marcará nova reunião para apreciar as propostas apresentadas e deliberar sobre quais irão integrar o Plano Estratégico 2015-2020. Nada mais havendo a registrar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Lícia Maria Vale Mesquita, _____, lavrei a presente ata, que, por ser expressão da verdade, segue assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa, Presidente da Comissão de Revisão do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para o período de 2015 a 2020 e pelos demais membros.

Presidente da Comissão, Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa

Desembargador Arnaldo Camanho de Assis

Desembargadora Vera Lucia Andrighi

Juíza de Direito Marilza Neves Gebrim

Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo

Juiz de Direito Giordano Resende Costa

Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, Celso de Oliveira e Sousa Neto

Secretária-Geral da Corregedoria - Substituta, Alba Valéria Martins Vinuesa Freire

Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência, Danielle Mayrink Sampaio Silva Moura

Chefe de Gabinete Substituta da Segunda Vice-Presidência, Denise Lima Barcellos



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Assessora da Segunda Vice-Presidência, Giuliana Ratto de França Ribeiro

Secretário de Soluções de Tecnologia da Informação, Raimundo Macedo de Souza

Secretário de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, Fernando Alberto Santoro Autran Junior

Secretária de Recursos Orçamentários e Financeiros, Substituta, Fátima Orbage de Britto

Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, Liz Criciny Werlang Rauber

Secretária Substituta de Planejamento e Gestão Estratégica, Simone Nunes de Miranda Carrer